

Regra fiscal chega ao Congresso com mais exceções de despesas

Novo marco vai ao Congresso com mais exceções à regra

Texto apresentado ontem, que deve ser votado até 10 de maio, prevê série de despesas que não vão entrar no limite

Depois de muito suspense e negociações de última hora, o governo federal enviou ontem ao Congresso o projeto de lei do novo arcabouço fiscal. Com sete páginas e 10 artigos, o projeto substituiu o atual teto de gastos por um novo regime de controle das despesas públicas. O texto final tem mais exceções do que o previsto inicialmente pelo Ministério da Fazenda.

O objetivo, segundo o governo, é garantir equilíbrio entre a arrecadação e os gastos, para que as contas públicas voltem a ficar “no azul”. A meta é zerar o déficit em 2024 e registrar superávit a partir de 2025. O texto prevê que as despesas ficarão limitadas à variação das receitas (veja quadro).

A íntegra do projeto foi divulgada durante a tarde pela Fazenda e esclareceu alguns pontos que estavam nebulosos, sobretudo em relação às exceções, ou seja, as despesas que ficarão fora do limite.

A lista inclui, por exemplo, transferências constitucionais e créditos extraordinários. Também ficaram fora os aportes feitos pelo Tesouro para empresas estatais federais. Ficou estabelecido, no entanto, que os bancos públicos federais ficarão sujeitos à regra.

“*Nós temos um compromisso e um desafio muito grande de discutir uma reforma tributária no primeiro semestre e é importante que nós tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes.*”

ARTHUR LIRA
Presidente da Câmara
dos Deputados

Outra novidade foi a fórmula do cálculo para correção do limite das despesas, que vai considerar a inflação acumulada de janeiro a junho, acrescida das projeções do governo contidas na proposta de orçamento para julho a dezembro, conforme já ocorre hoje. Esse modelo garante alívio no espaço para gastos em 2024, já que o IPCA está em desaceleração e pode subir no segundo semestre.

Prazo

A entrega do projeto ocorreu em ato fechado no Palácio do Planalto, com participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do minist-

ro da Fazenda, Fernando Haddad, do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rego (MDB-PB).

Na saída da reunião, Lira afirmou que está confiante na aprovação “rápida” da proposta e disse esperar que a votação aconteça até 10 de maio. O relator do projeto deve ser definido hoje e há preferência por um deputado do PP. Lira vai pedir apoio dos líderes para que o assunto seja encaminhado direto ao plenário, sem passar por comissões.

– Nós temos um compromisso e um desafio muito grande de discutir uma reforma tributária no primeiro semestre e é importante que tenhamos o arcabouço com todas as suas condicionantes discutidas e votadas antes – disse.

Haddad afirmou que a regra vai “garantir o equilíbrio fiscal no ano que vem” e defendeu a revisão das renúncias fiscais.

– Nós temos R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal. Estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do país. (...) Cada renúncia fiscal indevida é uma pessoa a mais passando fome – afirmou.

como calamidade pública) o piso da enfermagem, recursos do Fundeb, transferências constitucionais e pagamento de precatórios (dívidas judiciais da União), além dos aportes feitos pelo Tesouro para empresas estatais federais não financeiras.

INVESTIMENTOS

• A regra prevê piso para os investimentos, que será de cerca de R\$ 75 bilhões, corrigido pela inflação. Se o resultado primário ficar acima da margem prevista, o governo poderá usar esse excedente para investimentos, até R\$ 25 bilhões.

SEM PUNIÇÃO

• Descumprir a meta de resultado primário não vai configurar infração à lei, como crime de responsabilidade, mas o projeto determina que o presidente da República deverá enviar mensagem ao Congresso, até 31 de maio, com as razões para não ter cumprido.

Governo vai manter isenção para compras de até US\$ 50

O governo federal recuou e decidiu manter a isenção de tributação para encomendas do Exterior sem fins comerciais entre pessoas físicas até US\$ 50. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu que se tentasse resolver o problema de sonegação de plataformas estrangeiras de comércio eletrônico com medidas administrativas, aumentando o poder de fiscalização da Receita Federal.

– O governo vai manter isenção de pessoa física para pessoa física. Na verdade, estão usando brecha para burlar a lei. A Receita queria fechar essa brecha. O presidente falou para atuar administrativamente primeiro para não prejudicar quem de boa-fé está usando essa regra – disse.

Na semana passada, a Receita Federal e o Ministério da Fazenda confirmaram o fim da isenção, restrita apenas a remessas internacionais entre pessoas físicas. Porém, segundo a Receita, as varejistas estrangeiras têm burlado a lei e despachado encomendas como se o remetente fosse de pessoa física. Isso para as compras não serem taxadas com o devido imposto de importação a que já estão sujeitas, que equivale a 60% do valor aduaneiro – soma do valor da mercadoria, frete e seguro, se houver.

Críticas

O fim da isenção seria maneira de apertar o cerco a essas tentativas de fraude e sonegação, mas o anúncio teve forte repercussão negativa, com avalanche de críticas na internet.

– Estava gerando confusão de que isso poderia prejudicar pessoas de boa-fé que recebem encomendas do Exterior até esse patamar e o que está sendo usado para burlar essa regra, que é o que uma empresa particular está fazendo nesse momento – disse o ministro, sem citar nomes.

Haddad afirmou que está estudando como outros países lidam

com o tema para adotar novas medidas no Brasil. Sobre a expectativa de arrecadação de R\$ 8 bilhões com o fim da isenção, Haddad disse que vai depender dessas novas medidas, mas admitiu que será difícil atingir a cifra.

O ministro ainda afirmou que a Aliexpress e a Shopee disseram que concordam com as medidas do governo porque consideram que é prática desleal e não querem se confundir com quem está cometendo crime tributário. Já a Shein não entrou em contato, segundo Haddad.

Apostas

O governo também decidiu taxar o setor de apostas esportivas. Os apostadores serão taxados em 30% sobre os valores dos prêmios recebidos. Haverá isenção para ganhos que fiquem dentro do valor da primeira faixa livre de Imposto de Renda, atualmente em R\$ 1.903,98.

A informação foi divulgada pelo assessor especial do Ministério da Fazenda, José Francisco Manssur, durante audiência pública na Câmara. A medida provisória será assinada ainda neste mês.

As empresas, por sua vez, terão de pagar R\$ 30 milhões para o governo por uma licença de cinco anos e 15% de imposto sobre o lucro – receita obtida após a distribuição de prêmios. Ter registro no Brasil, funcionários brasileiros e possuir capital social de no mínimo R\$ 100 mil são outras exigências que vão ser previstas. As companhias que vendem as apostas e aquelas que oferecem os meios de pagamentos vão ter de ser credenciadas pelo governo.

As apostas são legalizadas no Brasil desde 2018, mas ainda não foram regulamentadas e, por isso, deixam de ser tributadas. A taxa é uma das estratégias para aumentar a arrecadação e sustentar as metas do novo arcabouço fiscal. A Fazenda espera arrecadar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões por ano com as apostas.

Entenda a proposta

REGRA DE CONTROLE DE GASTOS

• A maior parte das despesas só poderá crescer 70% da variação da receita – arrecadação acumulada de 12 meses encerrados em junho. Com isso, as despesas sempre vão avançar menos do que as receitas.
• As despesas também terão um piso e um teto de crescimento: não poderão aumentar menos de 0,6% nem mais do que 2,5% acima da inflação (IPCA) por ano, independentemente do comportamento das receitas. Isso significa que, se o aumento na receita for de 5%, o aumento na despesa ficará em 2,5% – e não em 3,5%, como sugere a regra dos 70%.
• Se não houver aumento algum na receita, ainda assim as despesas vão crescer 0,6%.
• Haverá limites individualizados para a alta das despesas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, Tribunal de Contas da União e Defensoria Pública.

METAS FISCAIS

• O governo se comprometeu com metas fiscais de resultado primário (diferença entre o que o governo arrecada e o que gasta, sem contar os juros da dívida) das contas públicas: 0% em 2024 (zerar o rombo das contas públicas), superávit (saldo positivo) de 0,5% do PIB em 2025 e superávit de 1% em 2026.
• Essas metas terão margens de tolerância de 0,25 ponto percentual para cima e para baixo. Por exemplo: se a intenção é ter 0,5% de superávit em 2025, esse resultado pode ficar entre 0,25% e 0,75%.
• Se o resultado ficar abaixo dessa margem, o limite no crescimento de despesas ficará mais apertado: em vez de 70% da variação nas receitas, será de 50%.

EXCEÇÕES À REGRA DE GASTOS

• Entre as 13 despesas que ficarão fora do limite, estão crédito extraordinário (usados em casos emergenciais,

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Página: 7